



ELEIÇÕES

A crise econômica no centro dos debates

Escalada da inflação e o consequente impacto no custo de vida aparecem com prioridade nas propostas de pré-candidatos

» TAÍSA MEDEIROS

Com a escalada da inflação e seus impactos, principalmente, nos preços dos combustíveis e dos alimentos, a pauta econômica se tornou protagonista nos discursos dos pré-candidatos ao Palácio do Planalto.

Na sabatina do **Correio**, realizada nesta semana, presidenciais foram contudentes nas declarações sobre a grave crise econômica na qual está mergulhada o país. A alta taxa de desemprego e o aumento das desigualdades foram destacados.

Pré-candidato do PDT, o ex-governador **Ciro Gomes** disse que o Brasil vive sua "mais grave crise". No que chamou de "terapia" para tal diagnóstico, ele apresentou o livro no qual discute sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), elaborado por sua equipe.

"Em vez de o Brasil ter uma meta de inflação — que a gente vai perseguir aquela que seja a melhor possível —, temos de ter uma meta de crescimento econômico", destacou o terceiro colocado nas pesquisas de intenção de voto. Segundo ele, haveria um plano de longo prazo, com duração de 30 anos. Até lá, ocorreriam metas intermediárias, de cinco em cinco anos.

A senadora **Simone Tebet** (MS), pré-candidata pelo MDB, enfatizou o elevado **preço dos combustíveis**. Um problema que o governo não consegue resolver e fez com que o presidente **Jair Bolsonaro** (PL) promovesse trocas em série no comando da Petrobras, sem sucesso até agora. O chefe do Executivo critica a política de preços da estatal, atrelada ao mercado internacional.

Para Tebet, porém, acabar com a Paridade Internacional de Preços (PPI) adotada pela Petrobras traria mais problemas do que soluções. Segundo ela, é possível tomar ações com efeito imediato para reduzir os valores cobrados nas bombas, como a criação de "créditos extraordinários".

Tebet também comentou sobre privatizações. Ela se disse a favor da desestatização da Eletrobras, mas votou contra o

texto, em tramitação no Congresso, porque não concordou inteiramente com o teor. A senadora o definiu como "um jabuti dos mais perversos".

"Nós só não conseguimos derubar porque estávamos numa pandemia, em que tivemos de votar no virtual. O Senado quase derrubou, porque, no meio das regras da Eletrobras, o projeto estava, a princípio, bom. Veio um jabuti da Câmara e que vai fazer com que vocês que estão nos acompanhando pague uma conta de energia mais cara ainda", continuou, se referindo aos internautas, que puderam acompanhar a sabatina ao vivo por meio do site e das redes sociais do jornal. Segundo a parlamentar, o projeto vai beneficiar apenas "meia dúzia de lobistas", com a construção de termelétricas e de um gasoduto no Nordeste.

Já o pré-candidato do Pros, **Pablo Marçal**, afirmou que nem todas as estatais precisam ser privatizadas, mas deveria haver uma análise do Tribunal de Contas da União (TCU), e "toda empresa que cheira a mofo, que tem cartel, monopólio, que tem ferido a nação do Brasil" tinha de ser vendida.

Marçal se disse defensor das privatizações, inclusive no caso da Petrobras. "A gente precisa fragmentar a Petrobras em pequenas e médias empresas. Não precisa vender para capital estrangeiro, mas a gente precisa quebrar esse monopólio", ressaltou.

Desperdício

Defensor de uma menor participação do Estado na economia, **Felipe D'Avila**, pré-candidato do Novo, criticou o que chamou de "desperdício de dinheiro público" no Brasil: os fundos eleitoral e partidário.

"É tudo verba eleitoreira. Isso é rasgar dinheiro público. Aliás, o maior desperdício de dinheiro público são os R\$ 5 bilhões do fundo eleitoral para financiar campanha política num ano em que o Brasil precisa de dinheiro em outras áreas para ajudar, inclusive pessoas com problemas gravíssimos, como no Recife, por

Ed Alves/DA Press



O pedetista **Ciro Gomes** na sabatina do **Correio**: ele e outros presidenciais apresentaram propostas para a recuperação da economia

Defasagem

Há 82 dias congelado nas refinarias da Petrobras, o preço do litro da gasolina mantém uma diferença de 13% em relação aos valores internacionais. E a defasagem do diesel é, em média, de 6%. A alta reflete nova escalada do preço do petróleo no exterior. Para a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), se a Petrobras quiser alinhar os preços, terá de aumentar a gasolina em R\$ 0,56, e o diesel, em R\$ 0,33. Um reajuste é esperado a qualquer momento.

causa das chuvas; por mais dinheiro para hospitais e saúde pública", argumentou.

Pré-candidata do PCB, **Sofia Manzano** apresentou as propostas do partido para o âmbito do funcionalismo público. "Nós defendemos que os serviços essenciais sejam exercidos por servidores públicos e não por terceirizados nem apadrinhados, pois são formas de desvio de recursos públicos", destacou.

Socióloga e postulante ao Planalto pelo PSTU, **Vera Lúcia Salgado** defendeu a revogação das reformas trabalhista e previdenciária e o teto de gastos. "A revogação imediata de todas as reformas feitas contra a classe trabalhadora. Nós vamos estatizar as 100 maiores empresas deste país e vamos colocar sob o controle da classe trabalhadora organizada", ressaltou.

Retorno

Para o cientista político do Insper **Leandro Consentino**, a economia costuma ser central no decorrer das campanhas, mas havia perdido o posto nas eleições de 2018, quando o debate girou em torno do combate à corrupção.

"A questão é menos como a população compreende as filigranas do debate macroeconômico. E isso, de fato, a população não entende, mas a gente tem o "como" isso chega para o eleitorado. É com base nisso que ele vai decidir", destacou. "Temos quatro meses para as eleições, e, provavelmente, as narrativas serão mais importantes do que o próprio conhecimento factual da economia."

A deterioração da percepção de bem-estar social, no

pós-pandemia, lança a agenda econômica para a centralidade do debate eleitoral, observou o mestre em ciência política e professor do Ibmec-DF **Danilo Morais**. Conforme destacou, o eleitor mediano costuma ser essencialmente pragmático. "A complexidade da engenharia econômica demanda soluções igualmente sofisticadas, mas que, dificilmente, serão assimiladas pelo eleitor mediano. Ele espera, simplesmente, a solução para o impasse, dando importância secundária aos meios", explicou.

Morais destacou que o mal-estar sentido pelo eleitor é uma combinação da observação da inflação, da precarização do trabalho, da queda real dos salários e da alta dos juros.

Evaristo Sa / AFP



EUA esperam que o presidente seja signatário do documento

Bolsonaro deve assinar carta pró-democracia

Os Estados Unidos esperam que o presidente **Jair Bolsonaro** (PL) seja signatário de um documento em defesa da democracia, que prevê o apoio ao trabalho de observadores eleitorais. O tema é parte de uma das declarações de intenções que a Casa Branca pretende emplacar durante a Cúpula das Américas, da qual o líder brasileiro participará na próxima semana em Los Angeles. O Brasil dá indicações de que vai assinar o documento.

Os EUA têm emitido sinais ao governo brasileiro que demonstram a preocupação com as investidas de Bolsonaro contra o sistema eleitoral. O tema é caro ao presidente **Joe Biden**, que enfrentou a resistência de **Donald Trump** em fazer uma transição pacífica e que governa um país onde um terço da população acredita que houve fraude na eleição presidencial que o levou à Casa Branca.

"O Brasil está participando



Essa declaração não coloca nenhum problema para o Brasil, porque o país cumpre com tudo o que lá está e participa ativamente e apoia as missões de observação eleitoral da Organização dos Estados Americanos"

Pedro Miguel da Costa e Silva, secretário das Américas no MRE

desde o início do processo negociador em espírito construtivo e aberto. Essa declaração (sobre democracia e direitos humanos) não coloca nenhum problema para o Brasil, porque o país cumpre com tudo o que lá está e participa ativamente e apoia as missões de observação eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA)", afirmou o embaixador **Pedro Miguel da Costa e Silva**, secretário das Américas

no Ministério das Relações Exteriores (MRE). "O Brasil não está na lista de países que têm problemas com missões eleitorais", acrescentou o diplomata.

Em abril deste ano, o **Itamaraty** se incomodou com a intenção do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de buscar apoio de observadores internacionais europeus nas eleições. Em nota, o Ministério das Relações Exteriores disse que não é "da

tradição do Brasil ser avaliado por organização eleitoral da qual não faz parte". A Cúpula das Américas, no entanto, é organizada no âmbito da OEA, da qual o Brasil é integrante.

"Os Estados Unidos sabem que todos temos trabalho a fazer para construir uma democracia forte e inclusiva no hemisfério, inclusive aqui em casa", afirmou **Brian Nichols**, secretário de Estado adjunto para Assuntos do Hemisfério Ocidental, em entrevista coletiva.

Para a base bolsonarista, **Biden** é visto como um representante da esquerda global. Por isso, o chefe do Planalto resistia em comparecer à cúpula.

A postura mudou quando os EUA asseguraram que ele terá um encontro bilateral com **Biden** e que poderá levantar temas de interesse do lado brasileiro. A ideia é provocar declarações que possam ajudá-lo na campanha.